

O novo rosto da discriminação: racismo algorítmico e IA



» PATRÍCIA CAMPOS GUIMARÃES DE SOUZA
Advogada, mestre em direito (UCB), presidente da Fundação de Assistência Judiciária FAJ/OAB -DF e criadora do canal Direito sem mimimi

Durante muitos anos, acreditou-se que a tecnologia representaria neutralidade, progresso e igualdade. A inteligência artificial (IA) foi apresentada ao mundo como uma ferramenta capaz de eliminar falhas humanas, automatizar decisões e tornar a sociedade mais eficiente. No entanto, à medida que os sistemas algorítmicos passaram a ocupar espaços centrais em nossas vidas, uma realidade preocupante começou a surgir: a tecnologia também reproduz desigualdades históricas.

O racismo algorítmico é uma das expressões mais sofisticadas e silenciosas da discriminação contemporânea. Diferentemente do racismo explícito, ele opera de forma invisível, escondido atrás de códigos, bancos de dados e decisões automatizadas aparentemente imparciais. Entretanto, os algoritmos não nascem neutros. Eles aprendem com informações produzidas por uma sociedade marcada por desigualdades raciais profundas. Como consequência, acabam reproduzindo preconceitos históricos já existentes.

Hoje, sistemas de inteligência artificial influenciam processos seletivos de emprego,

reconhecimento facial, concessão de crédito, monitoramento policial, distribuição de conteúdo nas redes sociais e até decisões judiciais. O problema surge quando esses mecanismos passam a tratar corpos negros como suspeitos, invisíveis ou menos dignos de oportunidades.

Diversos estudos internacionais demonstraram que sistemas de reconhecimento facial apresentam índices de erro significativamente maiores quando identificam pessoas negras, especialmente mulheres negras. Em muitos casos, indivíduos foram abordados de forma injusta, constrangidos ou até presos em razão de falhas tecnológicas. Isso revela que a IA não cria o racismo, mas potencializa estruturas discriminatórias historicamente construídas.

No Brasil, esse debate se torna ainda mais sensível diante da nossa formação social. Somos um país construído sob mais de três séculos de escravidão e marcado pela ausência de políticas efetivas de reparação racial após a abolição. O racismo estrutural permanece presente nas relações sociais, econômicas e institucionais. Naturalmente, ele também se projeta no ambiente digital.

A grande ilusão da contemporaneidade talvez seja acreditar que a inovação tecnológica, por si só, seja capaz de produzir justiça social. Nenhuma tecnologia supera automaticamente as desigualdades de uma sociedade se ela for alimentada pelos mesmos padrões excludentes que sustentam essas violências há séculos.

Existe outro fator preocupante: a invisibilidade da população negra dentro dos espaços de produção tecnológica. As grandes empresas de

tecnologia ainda possuem baixa representatividade racial em cargos de liderança, pesquisa e desenvolvimento. Isso significa que, muitas vezes, os sistemas são construídos sem diversidade, sem sensibilidade social e sem percepção crítica sobre os impactos raciais das ferramentas criadas.

O debate sobre inteligência artificial não pode permanecer restrito ao campo técnico. Trata-se de uma discussão jurídica, ética, social e humanitária. Quando um algoritmo discrimina, direitos fundamentais são violados. O princípio constitucional da igualdade, a dignidade da pessoa humana e o direito à não discriminação passam a ser diretamente afetados.

O enfrentamento do racismo algorítmico exige regulamentação, fiscalização e transparência das plataformas digitais, mas também demanda consciência coletiva. Precisamos compreender que tecnologia e sociedade caminham juntas. Se o racismo estrutura relações sociais, ele inevitavelmente encontrará formas de se adaptar aos novos ambientes digitais.

Discutir racismo algorítmico é discutir o futuro da democracia, dos direitos humanos e da própria ideia de justiça social. Afinal, o maior risco da discriminação tecnológica é justamente sua capacidade de parecer neutra enquanto perpetua exclusões históricas.

A inteligência artificial pode ser uma ferramenta extraordinária para o desenvolvimento humano. Mas, sem responsabilidade ética, diversidade e compromisso com a igualdade racial, ela corre o risco de se tornar apenas o novo rosto da velha discriminação.

Maurenilson Freire/CB/D.A Press



Fora da realidade



» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista

O governo do presidente Donald Trump insiste na política de impor tarifas a produtos estrangeiros negociados no mercado interno dos Estados Unidos. Ele foi desautorizado pelo judiciário de seu país a encarcerar produtos do exterior para forçar a substituição de importações. É política antiga e fora do tempo, condenada até por antigos e tradicionais republicanos, como Ronald Reagan, que não economizava críticas à elevação de tarifas. Há vídeos dele com tom ácido em relação a esse tipo de ação.

Trump, contudo, não hesita em buscar seus objetivos. Proibido de fixar pelo judiciário as tarifas, recorreu ao USTR — United States Trade Representative — para, baseado em afirmações falsas, taxar produtos de vários países em até 25% sobre seu valor. Anos atrás, quando o Brasil criou a reserva de mercado para a informática, o chefe do USTR apareceu reclamando da excessiva proteção do mercado nacional. Os americanos defendiam, na época, as empresas de informática dos Estados Unidos. Militares brasileiros, unidos à extrema esquerda do parlamento, criaram a reserva de mercado que, no Brasil, resultou em aumento do contrabando de computadores e similares.

A atual negociação seria técnica e diplomática. Conversas em vários níveis, baseadas nos números e na realidade de que os Estados Unidos

conseguem superavit nas relações comerciais com o Brasil. A taxação, se houver, decorrerá apenas da vontade de Trump de manter a pressão sobre os países que interessam a seu objetivo de manter o poder. Ele ameaça e recua. Já terminou a guerra contra o Irã várias vezes e, em outros momentos, recomeçou os ataques ao regime de Teerã. Ele não conseguiu, também, acabar a guerra na Europa. Tentou negociar por intermédio de seu amigo Vladimir Putin. Não deu certo porque os russos querem refazer o território da antiga União Soviética, sem recriar o comunismo. Mas essa operação envolve a extinção da Ucrânia. Zelensky não gosta da ideia.

Engana-se quem entende ser a negociação sobre as tarifas exclusivamente técnica. O objetivo não declarado é interferir na eleição de outubro e levar o eleitor a sufragar um candidato de direita, possivelmente Flávio Bolsonaro, que não mostra preocupação em buscar o eleitor. Ele comete erros sobre erros e, com sua destemperada ação, prejudica a economia nacional. Trump quer apenas constranger o governo Lula e colocá-lo contra a parede. Na semana passada, em Washington, 34 brasileiros falaram nas reuniões técnicas para discutir o assunto. Só um deles não se posicionou contra as tarifas, Flavio. Todos os outros pediram que não fossem aplicadas aos produtos nacionais.

Grandes empresas dos Estados Unidos trabalham contra a imposição de tarifas cujo resultado, se forem aprovadas, será pago pelo consumidor local. Eles não querem receber a conta. Nas recentes reuniões ocorridas em Washington, 78 entidades e pessoas se manifestaram sobre o tarifaço, brasileiros e norte-americanos. Desse total, 63 se manifestaram contra a medida e apenas 14 a favor delas. A decisão final deve ser anunciada

na próxima semana. Mas, em tempos de governo Trump, nada é definitivo. Ele avança e recua sem nenhuma inibição. E mente à vontade. Ou, de outra maneira, ele cria a própria realidade.

A popularidade do presidente norte-americano em seu país anda muito baixa. O eleitor médio nos Estados Unidos não se interessa por política internacional ou nacional. Ele se movimenta apenas quando seu bolso é atingido. E o petróleo voltou a subir, como consequência da retomada do conflito com o Irã. Os americanos entraram numa guerra por sugestão dos israelenses. Agora, não sabem como deixar o conflito. Os iranianos demonstraram capacidade de resistir e serem capazes de atingir o inimigo em pontos vitais. Bombardear as bases dos Estados Unidos na região foi resposta inesperada. E o bloqueio do Estreito de Ormuz espalhou consequências do conflito por todo o mundo. A guerra deixou de ser assunto local.

A realidade teima em escapar das estreitas abstrações das grandes líderes mundiais. São pessoas que podem mais do que sabem, conduzidas por egos monumentais. Perderam o contato com a realidade. Deixaram de enxergar necessidades e possibilidades. O caso dos Estados Unidos é preocupante. Os homens que se reuniram na Filadélfia, há 250 anos, durante o verão, com janelas fechadas sob calor escaldante, pretenderam criar um país em que os homens nascessem iguais, as oportunidades se ofereciam a todos e a concorrência é bem-vinda. Trump e seus correligionários, extremistas baseados no suposto destino manifesto dos Estados Unidos de liderar o mundo, esqueceram os conceitos fundamentais que resultaram na criação do país formado por imigrantes.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960
Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

A razão de Estado

"A política não tem nada a ver com a razão, e, sim, com o poder." A frase, atribuída a Maquiavel, incomoda porque despe a política de qualquer verniz moral e a devolve ao seu osso: quem manda, manda; o resto é justificativa. Para o cidadão que ainda acredita nas fábulas da soberania popular, soa cínica demais. Mas basta observar o Brasil dos últimos meses para perceber que a crueza maquiavélica descreve a realidade com mais precisão do que qualquer manual de civismo escolar.

Isso não significa que o poder seja sempre exercido às claras, com a violência nua de quem empunha uma arma. A forma contemporânea de dominação é mais sutil: opera por decreto, por resolução de agência reguladora, por acórdão de tribunal que se apresenta como guardião da democracia enquanto redesenha, sozinho, as regras do jogo público. É precisamente esse o movimento que se pode observar no Brasil de 2026, às vésperas de uma eleição presidencial.

Em 20 de maio, o governo federal editou dois decretos o 12.975/2026 e o 12.976/2026 que ampliam de forma expressiva os poderes de fiscalização do Estado sobre plataformas digitais. O primeiro transforma a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), criada por lei com a competência estrita de proteger dados pessoais, em uma espécie de fiscal de conteúdo, encarregada de verificar se as redes sociais estão cumprindo obrigações de moderação. O Congresso, é bom lembrar, já havia debatido e não aprovado uma proposta semelhante, o chamado PL das Fake News. O que o Legislativo rejeitou pela porta da frente voltou pela porta dos fundos do Executivo.

O gesto não é isolado. Há apoio numa decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), ao derrubar a exigência de ordem judicial para responsabilizar plataformas por publicações de terceiros, o que criou um incentivo estrutural à autocensura: toda empresa que hospeda conteúdo passa a preferir remover em excesso a arriscar sanção. Não é necessário proibir uma opinião para silenciá-la; basta tornar caro demais mantê-la no ar. Essa é a censura que não precisa se declarar censura; ela se disfarça de "gestão de riscos sistêmicos", de "proteção à integridade do processo eleitoral", de combate a discursos vagamente definidos como "antidemocráticos".

Aqui reside o paradoxo que autores de tradições muito diferentes já haviam identificado: os regimes que mais restringem a liberdade raramente o admitem. Preferem fazê-lo em nome de um bem maior, como a proteção da democracia, o combate à desinformação, a defesa das mulheres e das crianças no ambiente digital, todas causas nobres em si mesmas, mas que servem também de veículo perfeito para normas de contornos propositalmente imprecisos.

Quando um decreto define violência digital como qualquer conduta que cause "sofrimento psicológico", a plataforma prudente prefere apagar a crítica contundente contra uma autoridade a discutir, caso a caso, se aquela crítica configura ou não crime. O efeito prático independe da intenção declarada. É aqui que a advertência do início se confirma. Quando abrimos mão de decidir por nós mesmos o que pode ou não circular no debate público, delegando essa tarefa a um órgão do próprio governo que se autofiscaliza, não estamos defendendo a democracia, estamos entregando a um grupo específico, momentaneamente instalado no poder, a prerrogativa de definir os limites da própria liberdade que todos deveriam usufruir igualmente.

O problema do momento brasileiro é que essa simetria não existe. De um lado, um Executivo que edita normas por decreto; de outro, plataformas, veículos de imprensa e cidadãos comuns que não têm como negociar em pé de igualdade os termos de sua própria expressão. Não é à toa que o próprio Congresso, instituição que, com todos os seus defeitos, ainda depende do voto popular, se tornou o principal ponto de resistência a esse avanço, articulando decretos legislativos para sustar as medidas.

Isso mostra que o fechamento político não é uma sentença irreversível, mas um processo que se pode ainda conter desde que se reconheça sua natureza. Vale lembrar que nenhum regime que restringiu liberdades o fez confessando essa intenção. Reconhecer isso não é pessimismo, é realismo. Maquiavel não escrevia para justificar o poder, mas para que os súditos e, hoje, os cidadãos deixassem de se iludir sobre sua natureza.

Só quem enxerga o poder como ele é pode cobrar de suas instituições que ele seja contido pelas vias legítimas: o debate legislativo, a fiscalização parlamentar, o voto. A alternativa de aceitar cada novo decreto como um mal necessário, cada nova competência regulatória como um detalhe técnico é o caminho mais curto para transformar a exceção em regra e a vigilância em rotina.

A frase que foi pronunciada

Quase todos os homens conseguem suportar a adversidade, mas, se você quiser testar o caráter de um homem, dê-lhe poder."

Abraham Lincoln

História de Brasília

Agora, para que tenha apenas uma Igreja, está realizando um programa de quermesses, que se iniciará no dia 2 de junho. Serão quermesses nos fins de semanas 2 e 3 e 9 e 10.
(Publicada em 24/5/1962)